



**A EXPERIÊNCIA DA QUINTA DA MALAGUEIRA (1977).
ENSINAMENTOS E CAUTELAS NA CONCRETIZAÇÃO DA HABITAÇÃO DE
CUSTOS-CONTROLADOS, PARA UMA ARQUITECTURA AVISADA.**

**THE EXPERIENCE OF QUINTA DA MALAGUEIRA (1977).
LESSONS AND CAUTION IN IMPLEMENTING THE HOUSING OF CONTROLLED-
COST, FOR AN INFORMED ARCHITECTURE.**

Resumo | Abstract

Retomando o tema da procura de soluções habitacionais que considerem os desejos e necessidades dos seus habitantes, não descurando as relações família/vizinhança e ainda comunidade/cidade, votadas maioritariamente a estratos populacionais carenciados, mas com alguma capacidade económica para aceder a uma habitação não precária – ainda que sustentada em apoios sociais (públicos ou comunitários) –, pretende-se nesta comunicação analisar a *Quinta da Malagueira* (Évora, 1977), projectada por Álvaro Siza, enquanto projecto de intervenção habitacional que visa uma integração urbana coesa. Trata-se de um Projecto Habitacional de custos-controlados, de referência na arquitectura portuguesa, não só pelas suas tácitas implicações ideológicas, éticas e políticas, mas também por abordar o tema da “casa” com soluções que se prendem nomeadamente com uma análise metodológica de tipologias adequadas e evolutivas, numa estreita relação com a morfologia do bairro perante uma leitura coerente do *lugar*, e com a experiência de um processo participativo de sucesso. Mas será que a *Quinta da Malagueira* é um modelo exemplar, ou um caso único? Afinal, que lições se retiram da experiência da *Quinta da Malagueira*? Em suma, nesta comunicação pretende-se dar resposta a estas e outras questões que visam dar a ver a importância dos valores da arquitectura, na defesa de uma prática profissional que pretende ir além do desenho charmoso e apelativo ou da cega vontade de inovar, aferindo o papel da arquitectura na nossa sociedade contemporânea.



Returning to the issue of the demand for housing solutions that considers the needs and desires of its inhabitants, not forgetting the relations family/neighborhood and even community/town, voted mostly to the disadvantaged sections of the population, but with some economic capacity to access to a non-precarious housing, although sustained in some social support (public or community), it is intended in this paper to analyze the *Quinta da Malagueira* (Évora, 1977) designed by Álvaro Siza, as a housing intervention that also aims a cohesive urban integration. This is about a Housing Project of cost-controlled, a huge reference in Portuguese architecture, not only for its tacit ideological, ethical and political implications, but also by addressing solutions which relates to a methodological analysis of a suitable and evolving typologies, streaked to a close relationship with the morphology of the neighborhood, facing a coherent reading of the *place*, and with the experience of a success of an participating process of the population. But is the *Quinta da Malagueira* a model or a single case? After all, what are the lessons kept from the experience of *Quinta da Malagueira*? To sum up, this paper aims to make visible the importance of values in architecture, in defense of a professional practice that aims to go beyond the charming and pleasing design or the blind will to innovate, gauging the role of architecture in our contemporary society.

Palavras-chave: Siza; Malagueira; Projecto; Habitação de custos-controlados.

1. Premissas

Pode considerar-se, antes de mais, que no projecto habitacional da Quinta da Malagueira estão implícitas implicações políticas e pressupostos ideológicos e éticos, tratando-se consequentemente de um considerável repto político, urbano e arquitectónico.

Tudo começa em 1977 quando a Câmara Municipal de Évora encomenda ao Arquitecto Álvaro Siza o Plano de Expansão Urbana que previa a concretização de 1200 fogos (407 para Cooperativas; 100 para a Associação de Moradores; 300 para o Fundo de Fomento da Habitação; 93 para Contratos de Desenvolvimento; 300 para iniciativa privada), em 27 hectares de terreno concedidos na periferia desta cidade alentejana que outrora fora habitada por



romanos, tendo sido elevada à categoria de Município sob o nome de “*Ebora Liberalitas Júlia*”, em homenagem a Júlio César.

Ao pretender proceder à organização territorial da periferia urbana de Évora, a Câmara começa por expropriar os 27 hectares da original *Quinta da Malagueira* – uma exploração agrícola latifundiária situada a cerca de um quilómetro dos “muros da cidade” – que se vira invadida por habitação ilegal e precária, fruto do êxodo rural, da ocupação de etnia cigana, e ainda de “retornados das ex-Colónias”, como consequência fatal do 25 de Abril de 1975, potenciando um complexo grupo heterogéneo de destinatários, carenciados de habitação.

Porém, apenas quando o Arq. Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, escolhe o arquitecto Álvaro Siza tendo em conta a sua experiência no âmbito do SAAL (Serviço de Ambulatório de Apoio Local) na cidade do Porto, é que se assumem contornos políticos. Ou seja, tratou-se de um desafio político porque estavam subentendidas, nesta escolha deliberada, certas ideologias de “esquerda” que visavam o diálogo frutífero com a população, dando azo a uma arquitectura participada e experimental, validando uma distribuição equitativa de um habitar que vai ao encontro das necessidades reais dos habitantes.

Mas foi também um desafio urbanístico uma vez que Siza pretendia que a sua composição urbana implicasse uma absorção – teorizada e cuidadosa – do lugar, da paisagem e do tecido urbano envolvente, ou seja, uma metodologia de intervenção de certo modo menosprezada, à época. Sabe-se que a base da sua implantação terá sido sustentada na malha urbana pré-existente do vizinho bairro *Santa Maria*, que escorada na estrutura global da cidade, possibilita a criação de um padrão de novas ruas de pequenos fragmentos numa trama ortogonal, implantando, em diferentes ângulos, grupos de habitações-em-banda que definem bairros distintos, alinhavados por espaços intersticiais que se pretendem públicos, utilizados para uso comunitário, dispendo de algum comércio e espaços de lazer, bem como o acondicionamento de estacionamento, acautelando de igual modo a circulação pedestre.

O tecido urbano, de ruas relativamente estreitas e de escala controlada, envolve-se em torno de dois eixos de espaços públicos verdes, que estruturam a matriz principal, apoiados nas marcas do *tempo*, isto é, nos registos pedonais que traçavam os percursos principais dos



ocupantes locais, bem como no tanque, inevitavelmente sujeito à linha de água. Deste modo, Siza experimentava uma “outra” abordagem, afastando-se das doutrinas que ainda ecoavam, embebidas nas teorias Modernas e de *Grande Escala*, de Corbusier a Lúcio Costa com Óscar Niemeyer, etc..

Mais ainda, Siza ao introduzir o *Aqueduto*, um elemento excepcional e estruturante, como que um *ligante* – que não só impõe uma certa disciplina funcional/racional ao bairro, como procura criar a sua identidade – vai, uma vez, experimentar, arriscando, ousando desafiar métodos e teorias que correntemente se assumiam como irrevogáveis. Deste modo, as pequenas casas unifamiliares fixam-se em banda, encostadas costas com costas, e os bairros ligam-se entre si por um sistema de *Aquedutos* que partilha as infra-estruturas vitais, funcionando como um elemento de conexão que ajuda a desenhar as áreas públicas e a definir as “entradas” dos pequenos bairros que caracterizam o aglomerado urbano.

E foi um desafio arquitectónico porque na procura da solução foi necessário lutar, antes de mais, contra preconceitos de método, de forma, de expressão, de escala, carregados de estigmas culturais que se insurgiam aleatoriamente; e contra o penoso peso de *vozes de poder*, dissidentes, que arrogavam *saberes adquiridos*. Com convicção, Siza escolheu uma tipologia unifamiliar única, evolutiva, anexada (em banda), num modelo que cruza naturalmente o Moderno com o Vernacular. Com destreza, ignora designadamente as acusações do risco da repetição/monotonia, e contorna a problemática das casas-em-banda (que tem em conta designadamente os valores implícitos nesta tipologia, em termos de densidade e de custos de infra-estruturas), acreditando ser o tipo mais adequado ao conceito, aos propósitos e à dimensão da Operação.

No entanto, hoje é fácil provar que Siza legitimou as soluções preconizadas, motivando e cativando a população, ao manter um diálogo estreito e uma participação activa dos destinatários – antes e durante a construção das habitações – auscultando e tentando satisfazer os desejos dos habitantes, o que implicou permanentes correcções ao projecto inicial. Curiosamente, é deste modo que este arquitecto vai marcar a diferença, tornando a *Quinta da Malagueira*, enquanto projecto de intervenção habitacional, num caso de sucesso metodológico, no que à prática da arquitectura diz respeito.

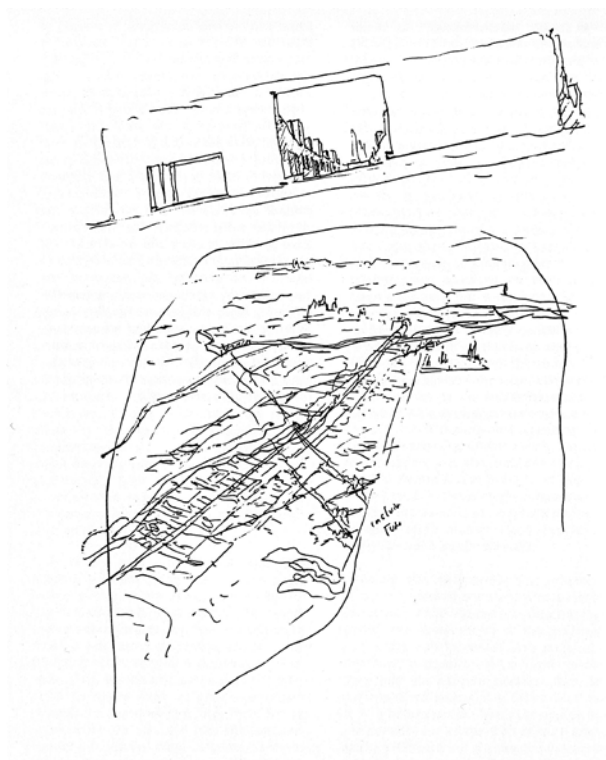


Fig.1 Relação entre o aqueduto e as casas. Fonte (Siza, 2000, p.119)

2. Conceitos

A *Quinta da Malagueira* surge, então, como uma extensão da cidade que se apoia – enquanto estratégia de desenho – no assentamento de conjuntos coesos e homogéneos, exposto com diferentes orientações. Com esta estrutura fragmentada, procura-se complexificar a malha criando uma textura variável, multidireccional, que permite diluir-se mais subtilmente na malha intrincada do núcleo antigo da cidade de Évora, tendo em conta a leitura do todo, cujo epicentro se afirma, quiçá, no seu *Templo Romano* (no actual Largo do Conde de Vila Flor).

É hoje evidente que a identidade da sua implantação se fixa em torno da leitura do *lugar*, não só na sua relação com as morfologias urbanas vizinhas, argumentada na concepção urbanística da cidade de Évora; mas também na consideração geográfica, topográfica e na complexa estrutura lógico-espaço-temporal que constrói a relação com o *lugar*, numa aplicação imediata da noção sócio-física, clarificando a noção de Arquitectura como *lugar* ou como criadora de lugares para habitar.



Mas é no conceito de *Bairro*, enquanto unidade mínima de urbanização, que vai consolidar toda a operação. Ao procurar esta forma básica de organização populacional, Siza subdivide a extensão total da área de intervenção e adquire uma escala humana, na leitura da cidade, cujas vizinhanças se coordenam, por afinidades, com mais eficácia. Ao decidir alinhar as habitações unifamiliares em banda; e por sua vez, ao agrupá-las – encostando o plano cego das traseiras, à galeria de infra-estruturas – consegue determinar um grupo coeso que, posicionando-se frente-a-frente com outro conjunto de habitações (com estas mesmas características), desenha a rua, e as ruas que formam o *bairro*. E, repetindo esta mesma solução, a partir da própria arquitectura, o arquitecto desenha a disposição territorial, aferindo o método adoptado nesta intervenção.

Já a consideração do *Aqueduto* tratou-se, antes de mais, de um gesto de desenho, de identidade e garante de unidade. É Siza o primeiro a utilizar o termo, que significa simplesmente *canal construído sobre arcaria*, numa evidente referência histórica ao aqueduto de Évora (*Aqueduto da Água de Prata*) inaugurado no ano de 1537, sendo um dos poucos, desta época, que continua a funcionar na actualidade, contribuindo para o abastecimento da cidade. Esta galeria técnica – que depois chamaram "conduta" – concentra as infra-estruturas essenciais de distribuição de água, electricidade, telefone e televisão (com excepção do gás), consolidando-se como o fio condutor da construção do complexo habitacional. Assim, de um modo racional, todas as habitações partilham este canal, facilitando intervenções de manutenção e substituindo-se à construção clássica da rede subterrânea.

Do estudo da *célula habitacional*, surge a ideia de apurar uma única tipologia, evolutiva, decididamente identificada como habitação unifamiliar, de acesso directo. Enquadrada no âmbito dos estudos do conceito de *alojamento mínimo (Existenzminimum)*, Siza racionaliza as áreas, sustentando-se numa organização funcional pragmática, que segrega as áreas de caris social (dia), das da intimidade (noite), reduzindo as áreas de circulação ao mínimo indispensável, mas cedendo espaço exterior privado, para acções domésticas a céu-aberto.

Neste sentido, utiliza a sobreposição de dois pisos, que não só garante a lógica funcional ("dia" no piso térreo; "noite" no piso superior), mas também optimiza a área de intervenção, na sua extensão territorial. E concentra-se no conceito de *casa-pátio*, prevenindo a devassa de privacidade, distribuindo coerentemente o espaço interior/exterior, onde se usufrui de um



terraço/pátio no piso térreo e de terraços/varandas no piso superior, consoante a maior, ou menor, ocupação da área construída. Assim, a habitação configura-se entre muros (que variam de altura, consoante a vontade do morador), definindo parcelas regulares de 8m x 12m (ainda que mais tarde tenha admitido variações de 6m x 12m ou 7m x 12m), desenhando duas versões: *Casa tipo A*, com pátio para a rua; e *Casa tipo B*, com pátio para as traseiras do lote.

No piso de acesso, que é sempre directo em relação à rua e se implanta em forma de “L” invertido, dispõem-se as áreas de serviço (cozinha e arrumos), de *estar* (sala comum), uma pequena instalação sanitária e um quarto que pode assumir diferentes apropriações; e eleva para o piso superior os quartos de dormir que variam nas tipologias de T2 a T5, consoante as necessidades familiares *per capita*, ou seja dispondo de um, dois, três ou quatro quartos, sendo inversamente proporcional à utilização de espaço exterior livre (terraço/varanda). Deste modo estabiliza a planta térrea, comum a todas as casas, e assume o carácter evolutivo no segundo piso, resultando em diferentes jogos de cheios e vazios, combinados de várias maneiras, contando-se actualmente com trinta e três tipos e subtipos de casas.

Das opções formais do projecto, regista-se a utilização de cobertura plana, bem como a cor branca que remetem para uma linguagem *Moderna*, mas que curiosamente encontra igualmente as suas raízes na arquitectura tradicional alentejana (RODRIGUES, J.M., 2011, p. 221-233), mais ainda quando permite pintar de cores fortes as orlas das janelas e portas, e o lambril das paredes exteriores.

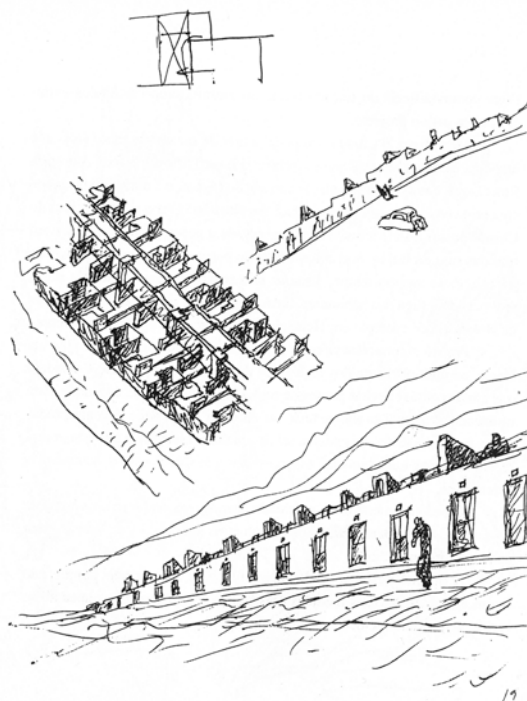


Fig.2. Estudo para a agregação das casas. Fonte (Siza, 2000, p.102)

3. Soluções

Focando-se na *ideia*, Siza consolida o método. Isto é, com a escolha de uma única tipologia evolutiva, encontra a solução do projecto, não receando a *monotonia*: *“Os primeiros problemas, relativos à escolha de uma única tipologia, manifestaram-se durante uma discussão com os habitantes e foram depois transformados numa questão política. Tinha-se espalhado a ideia, surgida no interior da assembleia ou surgida do exterior, que construir só casas pátio, num sector da cidade, era desumano e inaceitável. Este receio da monotonia é um desafio à busca da diferença que não pode resolver-se numa questão estética, porque se assim fosse, o resultado apareceria logo artificial, caricaturado ou inventado. A discussão foi conflituosa, como deve ser num processo participado, e contudo nunca comprometeu o diálogo. Vinte anos depois continuo a ter o apoio das populações e Cooperativas.”* (Siza, 2000, p.117) Concentrada no requisito da igualdade democrática, da distribuição equitativa e justa, a solução encontrou



nesta sistematização metódica uma ordem urbana e arquitectónica, sem descuidar o tema da “casa” que acautela o seu mais estreito valor doméstico.

A *forma* da habitação-tipo é justificada pelas opções de projecto. Siza reconhece: “As habitações que projectei, correspondem a uma única tipologia: a construção afasta-se da estrada, libertando um pátio, para depois se unir ao longo de uma parede de fundo com uma outra casa que repete, por trás, o mesmo desenho.” (Siza, 2000, p.107) Com estas palavras, o arquitecto concretiza a solução que se repete sincronizadamente, desenhando as ruas que se estreitam, ou alargam, consoante a conveniência e as exigências dos habitantes (mais, ou menos, dependentes da circulação automóvel e respectivo estacionamento), caracterizando o conjunto habitacional e consolidando a identidade do *Bairro da Malagueira*.

Já os *materiais*, esses surgem da leitura circunstancial, depois de analisadas as razões de natureza económica e técnica do contexto no qual intervinha, designadamente tendo em atenção as condições da construção local, onde as práticas construtivas tradicionais não se ajustavam à dimensão da Operação, quando no Alentejo as casas ainda se construíam com tijolos cozidos ao sol: “A última polémica teve que ver com a cobertura em terraço. E contudo, uma das razões da escolha, por certo não determinante, era a ausência de telhas. Além disso, para construir as primeiras 100 casas foi necessário que a Câmara de Évora apoiasse uma pequena fábrica existente que produzia blocos de cimento. Assim se explica a deficiência construtiva, visto faltar o indispensável saber técnico, por ausência de trabalhadores especializados. Nesta óptica o pátio, que certamente depende de claras influências históricas, explica-se pelas necessidades de criar um microclima de transição entre as condições climáticas do exterior e o interior, que não podia ser suficientemente protegido pelos materiais utilizados. Ignorando estes factores não se compreende o sentido do projecto. Por outro lado, é necessário notar que as primeiras 100 habitações se destinavam a pessoas que vinham do campo e que portanto conservavam ainda, no espírito, os modelos rurais. Por isso, a elaboração da casa pátio é algo muito mais complexo e articulado do que dicotomia entre modelo vernacular e Movimento Moderno, referências sempre presentes, mas entre muitas.” (Siza, 2000, p.127)

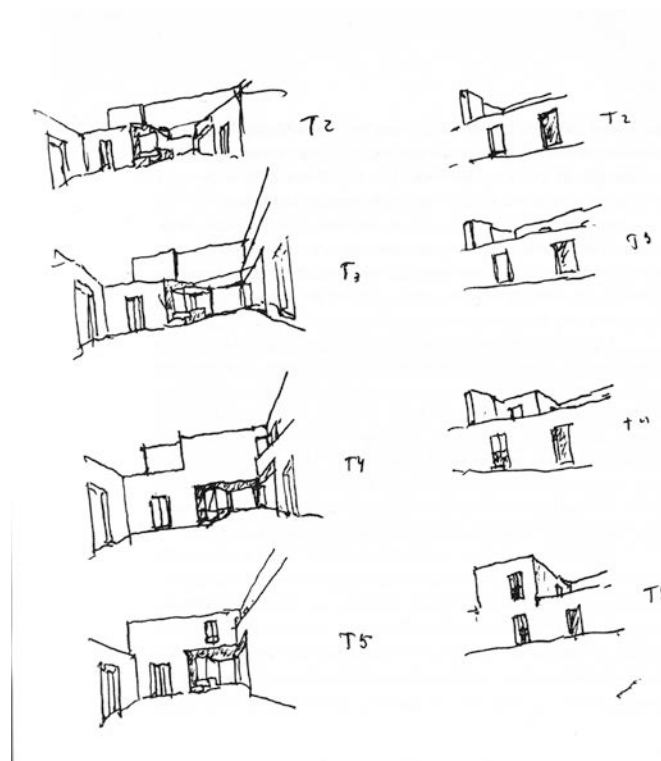


Fig.3 Estudo da relação entre dimensão do alojamento e articulação do espaço exterior. Fonte (Siza, 2000, p.123)

4. Considerações finais

Que lições se retiram da experiência da *Quinta da Malagueira*? Muitas podem ser as respostas a esta pergunta, tanto mais se introduzirmos outras áreas disciplinares complementares ao âmbito da arquitectura. Mas, nesta comunicação, pretende-se salientar três questões que se julgam cruciais na prática da arquitectura, de hoje e de sempre.

O diálogo:

Siza esclarece: *“O diálogo que sempre existiu na construção de habitações unifamiliares, é essencial na história da Arquitectura. Até o Movimento Moderno não se limita ao aprofundamento da evolução da habitação operária, e as casas famosas, que os protagonistas daquele período construíram (Villa Savoye ou Casa Tugendhat), foram influenciadas de maneira determinante pelos proprietários. A construção popular atravessa hoje um período obscuro e é considerada com certo desprezo por várias razões: uma é certamente a instabilidade das tendências dos arquitectos, que fizeram da participação um assunto da moda nos anos setenta,*



esquecendo-se dela nas décadas seguintes. Assim, neste período, quem continua a apoiar a importância da discussão é visto com suspeita, porque se associou a participação à má qualidade que o arquitecto passivo, como a 'mão do povo', produziu. (...) O carácter da participação depende portanto dos conflitos sociais e das especificidades culturais” (Siza, 2000, p.111).

Como já foi dito, a metodologia adoptada nesta intervenção passou precisamente por fomentar o diálogo, permitindo a leitura directa das necessidades e vontades dos habitantes, que eram discutidas e argumentadas – aceitando-as ou refutando-as – mas que se evidenciavam nas tomadas de decisão do projecto, fazendo-os participar, assim, no processo de concretização das suas próprias casas. Ou seja, o arquitecto ao dialogar, isto é, ao fomentar a discussão entre as duas partes (cliente/habitante vs arquitecto) simplesmente deu azo a uma maior compreensão, ao acordo da solução preconizada, sem lesar o seu poder de decisão (em consciência), que lhe é exigido e devido no âmbito do seu ofício.

O tempo:

A este respeito Siza escreve: “Um aspecto que me impressiona muito, na arquitectura e na cidade do nosso tempo, é a pressa em concluir tudo rapidamente. Esta tensão para uma solução definitiva impede a complementaridade entre várias escalas, entre tecido urbano e o monumento, entre o espaço aberto e a construção. (...) Em Évora, o tempo da compreensão e do estudo, prolongado e infundável, deu-me a possibilidade de evitar a aplicação de um único princípio pré-construído.” (Siza, 2000, p.107)

De facto, todo o processo da *Quinta da Malagueira* durou cerca de vinte anos de intervenção, desde os primeiros riscos, às últimas construções, o que permitiu uma maturidade da solução, dando azo ao repensar das decisões projectuais e ao acerto de certas fragilidades passíveis de correcção, que se foram revelando no desenrolar do dia-a-dia. É o *tempo* que valida verdadeiramente a Arquitectura. Logo, à Arquitectura deve-se exigir *tempo*, desde o processo de concepção, à fase de concretização, consentindo a sua natural assimilação e consolidação, tanto mais quando se trata de uma intervenção na Cidade, o que implica ter a consciência que a própria cidade, *per si*, é sempre uma obra inacabada lida ao longo do *tempo*.



A experiência arquitectónica:

“Aquilo que conta é esta densa malha que ultrapassa abundantemente os limites da cultura arquitectónica, da especificidade disciplinar. Toda a evolução do projecto é uma história muito interessante, influenciada pelo encontro entre origens diferentes, entre concepções opostas da família, que é difícil relatar em toda a extensão.” (Siza, 2000, p.111)

No final de contas, Siza retém a sua experiência arquitectónica reflectida à luz dos conhecimentos adquiridos pela prática, pelos estudos intensos, pela observação atenta, pela ousadia da experimentação, na duração necessária da maturação das ideias e da validação dos processos construtivos, que resultam de um *modus faciendi* inerente à sua prática profissional. No consciente extravasar da *especificidade disciplinar*, da leitura que faz – vinte anos depois –, Álvaro Siza evidencia uma tácita sensibilidade perante o ofício da arquitectura, que implica não só a capacidade de utilização de todos os instrumentos disciplinares da arquitectura, como também o acautelar de todas as acções humanas de todos os agentes envolventes.

Certo é que das histórias que se podem contar da história desta *experiência arquitectónica*, nem todas serão positivas. Por ventura algumas serão inconclusivas outras até dramáticas, outras eventualmente infelizes, se atendermos às suas idiosincrasias, às fatalidades das suas circunstâncias, ou à mera casualidade. Isto porque admitimos que a Arquitectura nunca será infalível, talvez, simplesmente, porque é feita para os homens, pelos homens. Então o que se pode esperar dela? O que se aprende com a Arquitectura?

A esta pergunta, Siza um dia respondeu assim: *“Tento responder a partir de uma entrevista recente do escritor José Saramago. A propósito do seu 'dom para a escrita', declarou que o verdadeiro dom é, na realidade, o da leitura, porque quem não lê não pode aprender a escrever. Creio que algo de parecido se possa dizer também para a arquitectura e, reconsiderando o meu trabalho, penso em quantas 'leituras' fiz, desde pequeno (...). Quando um arquitecto trabalha, todas as leituras, tudo o que viu, estão presentes, mas aquilo que produz é só seu. Até porque a Arquitectura não é a aplicação sistemática de referências mas algo muito mais complexo, uma convergência de interesses diferentes, de emoções e também de casualidades. Se confronto estes [os meus] primeiros trabalhos com a [minha] Arquitectura destes últimos anos, tenho vontade de subscrever de novo uma declaração de há vinte anos atrás: 'Sou um conservador e*



não tenho uma vocação para a marginalidade. Não me agrada inventar a ruptura, nem tão pouco ignorá-la.’ Apercebo-me de que trabalhei sempre na continuidade, o que não quer dizer imobilismo” (MULAZZANI, M. , 2009), se imobilismo significar a oposição sistemática ao progresso.

Ao sublinhar a *continuidade* – isto é a qualidade do que é contínuo – como a característica mais assinalável do saldo da sua prática profissional, Siza salienta a importância de um fio condutor da disciplina da arquitectura, na busca pela inteligibilidade do ofício, elucidando sobre a operacionalidade deduzida da reflexão teórica, e da própria investigação, de modo a consubstanciar um corpo teórico que sustente e se correlacione com a prática arquitectónica. Se teoria é o conhecimento descritivo puramente racional, estando implícito o contemplar, o olhar, o examinar, o especular, pode dizer -se que se trata, antes de mais, da forma de pensar e entender o fenómeno a partir da observação. Mas pode ser igualmente entendida como um conjunto de regras, de conhecimentos, de leis sistematicamente organizadas, que servem de base a uma arte ou ciência, ao explicarem coerentemente um considerável número de factos, uma certa ordem de factores, ou um conjunto de princípios fundamentais. Deste modo, uma qualquer teoria estimula a identificação de problemas, tendo como objectivo primordial a determinação do valor e dos limites dos nossos conhecimentos, nessa matéria, tentando interpretar os problemas que decorrem da sua análise. Assim sendo, o corpo teórico que consolida e consubstancia a prática da arquitectura, deve registar ideias, referências fundamentais, debates e discussões no âmbito dos quais a doutrina é válida e cria hipóteses, explicações e conclusões metódicas. Logo, é a partir de uma relação directa com a prática que a teoria se torna num instrumento operativo de apoio ao projecto de arquitectura, e foi assim que Siza sempre trabalhou e será esta a sua lição mais imediata.

Em suma, julgamos que Siza procurou traçar um projecto flexível, de múltiplas intenções, dando respostas inovadoras e experimentais, colocando-se entre a pureza doutrinal e a negociação local, numa linha de continuidade, de transmissão de saberes, de reflexões ponderadas, na busca de soluções eficazes aos propósitos bem definidos, relevando *a convergência de interesses diferentes, de emoções e também de casualidades*, usando as suas próprias palavras. Reflectir sobre a experiência da *Quinta da Malagueira*, tendo em conta



os ensinamentos e cautelas na concretização da habitação de custos-controlados, para uma arquitectura avisada, passa por pesar tudo o que foi aqui considerado, que nos leva a acreditar que a *Quinta da Malagueira* é um modelo *Exemplar*, no sentido que se trata de um bom exemplo; mas também é um *caso único*, como únicos são todos os casos. Logo, nesta comunicação pretendeu-se dar a ver a importância dos *valores da Arquitectura*, na defesa de uma prática profissional que pretende ir além do desenho charmoso e apelativo ou da cega vontade de inovar, aferindo o verdadeiro papel da arquitectura na nossa sociedade contemporânea.

4. Referências Bibliográficas

LÉGER, J., MATOS, G. 2004. “Siza Vieira em Évora: revistar uma experimentação” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, ISCTE, nº 9, p. 39-53.

MULAZZANI, M. 2009. “Che cosa ho imparato dall'architettura?” in Texto recolhido por ocasião da Conferência de Álvaro Siza nos 80 anos da Revista Casabella. Available: <http://ecultura.sapo.pt/AgendaCulturalDisplay.aspx?ID=20135&print=1> [Accessed 10.03.2015].

RAYON, J.P. 1982. “*Quartiere Malagueira. Évora*”, Casabella, nº 478, p. 2-15.

RODRIGUES, J.M. 2011. “*Tradition and the problem of the flat roof*” in *Die Neue Tradition, Europäische Architektur im Zeichen von Traditionalismus und Regionalismus*, Dresden, p. 221-233.

SIZA, Á. 2000. *Imaginar a evidência*, Lisboa, Edições 70 .

SIZA, Á. 1995. *Obras e Projectos*, Sociedad Editorial Electa S.A.

TESTA, P. 1988. *A Arquitectura de Álvaro Siza*. Porto, Edições F.A.U.P.

ZAERA, A. 1994. “*Salvando las turbulencias: entrevista con Álvaro Siza*” in *Álvaro Siza Vieira 1958-1994*, Madrid, El Croquis, p. 6-31.

5. Agradecimentos

Este trabalho tem o apoio financeiro do projecto UID/AUR/04509 e da FCTMEC através dos Fundos Nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020.